ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICIPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL

Nº 01/2014

DATA DE ABERTURA: 22/01/2014

HORÁRIO: 14:00 Horas

O MUNICIPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL, através da sua Central de Compras, Pregoeira e Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria n° 54.591/2013, torna público para o conhecimento dos interessados que no dia e hora abaixo indicados será realizada a licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Global, que será regido pela Lei Federal n° 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Lei n° 10.520, de julho de 2002 que institui a modalidade Pregão, Decreto Municipal n° 2.700/05, além das demais disposições legais aplicáveis, e pelas condições estabelecidas no presente edital e seus anexos.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos na Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul-RS, na Rua Cel. Alfredo Born, n° 202, sala de Licitações, no dia 22 de janeiro de 2014, ás 14:00 horas, e será conduzido pela Pregoeira com o auxilio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígafe.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Pregão, **a Contratação de empresa para prestar o serviço de recepção em prédios públicos, sendo que a contratada terá de disponibilizar 27 profissionais, os quais terão de desenvolver todas as atividades descritas no termo de referencia, anexo II do edital**

Parágrafo Único: O fiscal da execução do Contrato deste edital será a Sr. Amilton Neutezling.

1.2. A despesa decorrente da execução do objeto desta Licitação correrá à conta da dotação orçamentária da(s):

Secretaria Municipal de Gabinete	24.754
Secretaria Municipal de Administração	10.364
Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo	10.371
Secretaria Municipal da Fazenda	10.394
Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto	10.409
Secretaria Municipal de Turismo Indústria e Comércio	10.506
Secretaria Municipal de Saúde	10.522
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural	10.634
Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente	10.663
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação	24.788
Coordenadoria Municipal de Cultura	24.789
Coordenadoria Municipal de Desporto	24.790
Coordenadoria Municipal de Habitação	24.791

2. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

2.1 Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente Pregão, protocolizando pedido em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, no endereço discriminado no 14.15 deste Edital, cabendo à(ao) pregoeira(o) decidir sobre a petição até o prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

2.2 Caso seja acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

2.3 É de exclusiva responsabilidade do interessado á obtenção de adendos e/ou esclarecimentos, não podendo alegar desconhecimento relativo ás informações deste edital.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1 Às empresas que participarem da presente licitação, será permitido apenas 01(um) representante legal que será o único admitido a intervir em nome da mesma, devendo se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro, no horário determinado, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório.

Paragrafo único: No ato da entrega dos envelopes, deverá identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, e, ainda, efetuar a entrega da **DECLARAÇÃO QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO (conforme o anexo VI)**, previsto no inciso VII do artigo 4º, da Lei nº 10.520/02.

3.2 Por credenciais entendem-se:

a) Habilitação do representante, mediante instrumento público de procuração, preferencialmente, ou instrumento particular com firma reconhecida, na forma do Código Civil brasileiro, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente, acompanhada de cópia do ato de investidura do outorgante, no qual se declare, expressamente, ter poderes para outorga.

b) Caso seja sócio ou titular da empresa, apresentar documentos que comprovem sua capacidade de representar a mesma, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. (Contrato Social ou Estatuto)

3.3 Estes documentos de que trata o item 3.2 deverão ser apresentados ao Pregoeiro no início dos trabalhos, antes da abertura dos envelopes contendo Proposta e Documentação. Poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas, ou por cópia não autenticada, desde que seja exibido o original, para confirmação pela Pregoeira da Prefeitura Municipal, ou por publicações em órgãos da Imprensa Oficial, e serão recebidos condicionalmente pelo Pregoeiro que se julgar necessário, verificará a sua autenticidade e veracidade.

3.4 A não apresentação, incorreção do documento de credenciamento ou ausência do representante, não importará na desclassificação da sua proposta no presente certame. Contudo, a licitante não poderá apresentar lances verbais, e nem fazer qualquer manifestação em nome da mesma na sessão do pregão.

Parágrafo Único: Todos os documentos relativos ao credenciamento deverão estar fora dos envelopes da proposta comercial e documentação de habilitação.

4. DA PROPOSTA

4.1. A proposta comercial será apresentada individualizada para cada anexo, em uma via, em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, em papel timbrado da licitante ou identificada com nº do CNPJ e dados necessários à identificação do licitante, não podendo ter emendas e/ou rasuras, nem tampouco ser manuscrita, devendo suas folhas ser numeradas

e rubricadas e a última folha assinada pelo licitante ou seu representante credenciado, DEVENDO, OBRIGATORIAMENTE:

a) Descrição detalhada do objeto da licitação, nos termos do anexo I deste edital;

b) conter preços unitário (mensal) e total do período para os serviços, nas quantidades e descrição constante na planilha de custos deste edital, nos quais deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos relacionados com o objeto desta Licitação, tais como materiais empregados, mão-de-obra, encargos sociais e trabalhistas, quaisquer contribuições sociais, impostos, taxas, despesas de viagem, estadia e alimentação do pessoal responsável pelas propostas, enfim, todos e quaisquer outros ônus que incidam na execução do objeto desta Licitação;

c) apresentar planilha de custos, conforme anexo VII;

d) Telefone e email para contato;

4.2. A apresentação das propostas implica na aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, em especial quanto ao que segue:

a) validade das condições da proposta pelo prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data do recebimento da proposta (art. 64, § 3º da Lei Federal nº 8666/93);

4.3. O valor cotado para o(s) serviços deverá(ão) ser apresentado com até duas casas após a virgula (Lei Federal nº 9069/95), observando-se que o descumprimento dessa determinação implicará no aproveitamento da proposta tão somente nesses termos, não sendo permitido arredondamentos.

4.4. O valor indicado na proposta das empresas Cooperativas terá um acréscimo, de 15% (quinze por cento), para efeito de julgamento de propostas pela Comissão de licitações. O acréscimo constante no item anterior refere-se à obrigatoriedade de retenção por parte do Município de contribuição ao INSS, conforme art. 86, IV da IN 03 de julho de 2005.

4.5. A proposta que não constar a quantidade e a descrição mínima citada no objeto, será desclassificada por não expressar as exigências do edital.

4.6. A proposta deverá ser apresentada em envelope fechado, identificado como de **nº 1**, para o que se sugere a seguinte inscrição: **"Pregão Presencial nº 01/2014 – PROPOSTA"**, seguida do nome do licitante; até o dia **22/01/2014 , às 14:00** horas, na Central de Compras da Prefeitura Municipal.

5. DOS DOCUMENTOS

5.1. Poderão participar desta Licitação as **pessoas jurídicas** que apresentarem os seguintes documentos:

5.1.1. Documentação relativa à habilitação jurídica:

a) para sociedade comercial: ato constitutivo ou contrato social em vigor, devidamente registrado, sendo que, no caso de sociedade por ações, além dos estatutos sociais, deverão ser apresentados os documentos de eleição de seus administradores;

b) para sociedade civil: inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

c) para empresa individual: registro comercial.

d) Declaração da licitante sob as penas da lei, de que não foi declarada INIDÔNEA (**conforme modelo do anexo II**), para licitar ou contratar com a Administração Pública, assinada por representante(s) legal (is) da empresa.

5.1.2. Documentação relativa à regularidade fiscal:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes - Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste Edital;

c) prova de regularidade com a Seguridade Social, com apresentação dos seguintes documentos ou outros que venham a substituí-los:

c.1) Certidão Negativa de Débito (CND) junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS); **e**,

c.2) Certificado de Regularidade de Situação (CRS), relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) junto à Caixa Econômica Federal (CEF).

d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

e) prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante; **e**,

f) prova de regularidade com a Fazenda Federal do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei, com a apresentação dos seguintes documentos:

f.1) Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedida pela Receita Federal; **e**,

f.2) Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional.

5.1.3. Documentação relativa à qualificação técnica:

a) atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o desempenho da empresa licitante em atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, devidamente registrados no CRA.

b) Prova de Registro no Conselho Regional de Administração, (CRA), devidamente regularizado.

5.1.4. Regularidade trabalhista e do trabalhador menor:

a) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)

b) Declaração da licitante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (**conforme modelo do Anexo III**), assinada por representante(s) legal (is) da empresa.

5.1.5. Documentação relativa à qualificação econômico-financeira:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua apresentação por balancetes ou balanços provisórios, salvo para aquelas que não tiverem completado seu primeiro exercício social, obedecendo a seguinte forma:

a.1.) para sociedades anônimas: cópia do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, publicados no Diário Oficial do Estado (DOE) ou, se houver, na imprensa local do Município em que estiver a sede da empresa;

a.2) para empresas de responsabilidade limitada e firmas individuais: cópias das páginas do Livro Diário contendo o Termo de Abertura, Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, além do Termo de Encerramento com o Termo de Autenticação da Junta Comercial;

b) certidão judicial cível negativa, expedida pelo Distribuidor do Foro do local da sede da empresa.

Parágrafo Único: A alínea "a" deste item será dispensada para as Micro e Pequenas Empresas e para Cooperativas de Consumo, nos termos do artigo 3º do Decreto 6.204/2007.

5.1.5.1. A apuração da boa situação financeira da empresa se dará mediante a aplicação da seguinte fórmula contábil:

a) índice de liquidez corrente (LC): avalia a capacidade da empresa de saldar suas obrigações à curto prazo.

$$\frac{AC}{PC} = \text{igual ou superior a } 1$$

b) índice de liquidez geral: mede a capacidade da empresa liquidar suas dívidas à curto e longo prazo.

$$\frac{(AC + RLP)}{(PC + ELP)} = \text{igual ou superior a } 1$$

c) índice de solvência geral: expressa a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas no caso de falência.

$$\frac{AREAL}{(PC + ELP)} = \text{igual ou superior a } 1,5$$

Onde: AC – Ativo Circulante
PC – Passivo Circulante
RLP – Realizável a Longo Prazo
ELP – Exigível a Longo Prazo

AREAL – Ativo total diminuído dos valores não passíveis de conversão em dinheiro (ex: ativo diferido, despesas pagas antecipadamente, imposto de renda diferido, etc.)

Obterão classificação econômico-financeira, relativa ao Balanço Patrimonial, as empresas que apresentarem, pelo menos, dois dos três índices iguais ou superiores aos estabelecidos neste item.

OBS: Os documentos referidos no item anterior deverão ser apresentados em cópia autenticada, ou cópia simples acompanhada dos originais.

5.2. As Certidões Negativas de Débitos (CND) apresentadas sem indicação do prazo de validade serão consideradas como válidas por 90 (noventa) dias a contar da data de sua expedição.

5.3 A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 5.3 a 5.8. e 7.4 a 7.8 deste edital, deverão apresentar, já no momento do credenciamento, **declaração, firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte,** além de todos os documentos previstos no item 5.1 deste edital.

5.4 As cooperativas de consumo que tenham auferido no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), gozarão dos benefícios

previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 5.3. a 5.8. e 7.4 a 7.8 deste edital, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, já no momento do credenciamento, **declaração, firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima,** além de todos os documentos previstos no item 5.1 deste edital.

5.5 A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 5.1 que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, previstos no item 5.1.2, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em dois dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

5.6 O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

5.7 O prazo de que trata o item 5.5. poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

5.8. A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 5.5, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5.9. As empresas que apresentarem no item **5.1.5.1** resultados iguais ou menores do que 01 (um), em qualquer dos índices, deverão comprovar um Patrimônio Líquido Mínimo correspondente a 10% do montante relativo ao item cotado, relativamente à data de apresentação da documentação, na forma da lei, admitida atualização, para esta data, através de índices oficiais.

5.10. A documentação exigida deverá ser inserida em envelope fechado, identificado como de **nº 02**, para o que se sugere a seguinte inscrição: **"Pregão n.01/2014 – DOCUMENTOS",** seguida do nome do licitante*;* o qual deverá ser entregue até o dia, **22/01/2014** às **14:00** horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal.

5.10.1. Será inabilitada a empresa cujo envelope "Documentos" contiver referências ao conteúdo do envelope "Proposta".

5.10.2. Juntamente com os envelopes de proposta e documentação, deverão ser entregue à Pregoeira, **DECLARAÇÃO QUE CUMPREM PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO** (**conforme anexo IV**), sem a qual, ficará a empresa interessada impedida de participar do certame.

6. DO JULGAMENTO

6.1. Esta Licitação será processada e julgada pela(o) Pregoeira(o) e Equipe de Apoio, designados pelo Prefeito Municipal (portaria nº 54.591/2013), que poderão ser assessorados por técnicos e/ou especialistas.

6.2. No local, data e hora previstos no preâmbulo deste Edital, o Pregoeiro, de posse dos envelopes de Declaração que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, "Proposta" e "Documentos", declarará a abertura da sessão e não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início aos trabalhos do Pregão.

6.2.1. Primeiramente serão abertos os envelopes contendo as Propostas de Preços, sendo verificada sua conformidade e posterior rubrica.

6.3. Após a abertura da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

6.3.1. As propostas serão analisadas para verificar erros aritméticos a serem corrigidos pelo Pregoeiro na conformidade do seguinte:

a) havendo diferença entre o valor numérico e o valor por extenso, prevalecerá o último;

b) havendo erro no cálculo do valor total, entendido esse como sendo o resultado da multiplicação do valor unitário pela quantidade solicitada, prevalecerá o valor indicado como unitário;

c) havendo omissão do valor unitário, será considerado válido o valor indicado como total.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. Serão desclassificadas as propostas que após a fase de lances:

a) **apresentarem valor total Superior a R$ 569.352,24 (Quinhentos e sessenta e nove mi, trezentos e cinqüenta e dois reais e vinte e quatro centavos)** no total da contratação pelo período estipulado; para o item 1, sendo que mensalmente o valor fica estipulado em **R$ 47.446,02** (quarenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e dois centavos) pelo total de funcionários; valor orçado pela Secretaria Especial de Gabinete.

b) apresente vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes, assim como, as que

c) não se encontrem na conformidade com os requisitos estabelecidos no presente Edital.

7.2.A Pregoeira informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preços por item, objeto da presente licitação e os respectivos valores ofertados.

7.3 No julgamento será levado em consideração o critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, determinando que seja classificada a licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do Edital e oferecer, o **Menor Preço Global**

7.4. Serão classificadas e proclamadas pela Pregoeira a licitante que apresentar o menor preço e as demais licitantes cujas propostas estejam com preços superiores em até 10% (dez por cento) em relação à de menor preço, conforme disposto no inciso VIII do artigo 4º da Lei nº 10.520/2002.

7.5. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no item anterior, a Pregoeira classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

7.6. Às licitantes classificadas conforme estabelecido no subitem 7.4. será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes.

7.7. Na seção dos lances a Pregoeira convidará todas as licitantes classificadas , de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir da proposta classificada de maior preço, em ordem decrescente de valor.

7.8. Para empresa de pequeno porte mais bem classificada, nos termos do art. 44, § 2.º da Lei Complementar 123/06, poderá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após a verificação da proposta de menor valor, sob pena de preclusão, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

7.9. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

7.10. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.11. A desistência em apresentar lance verbal, quando feita à convocação pela Pregoeira, implicará na impossibilidade da licitante futuramente efetuar novos lances.

7.12. Casos não mais se realizem lances verbais, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço.

7.13. A Pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentados pela primeira classificada, conforme definido neste Edital e seus anexos, decidindo motivadamente a respeito.

7.14. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.15. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

7.16. Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

7.17. Caso a licitante apresente irregularidade no cadastramento ou apresente documentação de habilitação incompleta ou incorreta, será declarada inabilitada.

7.18. Constatado o atendimento pleno às exigências do Edital, será declarada a licitante vencedora.

7.19. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e será adjudicado pela Pregoeira o objeto da presente licitação.

7.20. Na hipótese de qualquer licitante apresentar recurso, depois de decididos os mesmos, o Prefeito Municipal procederá à adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

7.21. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a oferta subseqüente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.

7.22. A (o) Pregoeira (o) poderá negociar diretamente com a licitante para que seja obtido preço melhor, nas situações previstas nos subitens 7.13 e 7.21.

7.23. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pela Pregoeira, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes presentes.

7.24. Verificando-se no curso da análise o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.

7.25. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta. Em caso de divergência entre informações contidas nos documentos exigidos pelo Edital e em outros apresentados, porém não exigidos, prevalecerão às primeiras.

7.26. É facultada à Administração Municipal de São Lourenço do Sul, em qualquer fase da Licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

8. DAS INSTRUÇÕES E NORMAS PARA RECURSOS

8.1. Ao final da sessão, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, com registro em ata da síntese das suas razões, no que lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, no qual poderá juntar memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

8.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.

8.3. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

8.4. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.5. A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento, e, se oral, será reduzida a termo em ata.

8.6. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, Prefeito Municipal, homologará o resultado da licitação.

8.7. Dos atos da Administração, após a Adjudicação, decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93, caberá:

I - recurso, dirigido Prefeito Municipal, por intermédio do Pregoeiro, interposto no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, a ser protocolizado no endereço referido no subitem 14.15 deste Edital, nos casos de:

a) anulação ou revogação da licitação;

b) rescisão do Contrato, a que se refere o inciso I do artigo 79 da Lei nº 8.666/93;

c) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou multa.

II - representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

III - pedido de reconsideração de decisão do Prefeito Municipal, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

8.8. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo devidamente informado àquela autoridade. Neste caso, a decisão deverá ser proferida dentro de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade (§ 4º do artigo 109 da Lei nº 8.666/93).

8.9. Interposto, o recurso será aberto prazo aos demais licitantes, que poderão impugná-lo em até 5 (cinco) dias úteis.

8.10. Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

9. DAS PENALIDADES E DA RECISÃO

9.1. Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis no item 9.4, observado o disposto nos itens 7.13 e 7.15, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

9.2. As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 7.21 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

9.3. O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal,

ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais;

9.3.1. As penalidades de que tratam o subitem anterior, serão aplicadas na forma abaixo:

a) Deixar de entregar documentação exigida para o certame, retardar a execução do seu objeto e não manter a sua proposta, ficará impedido de licitar e contratar com o Município por até 90 (noventa) dias;

b) Falhar ou fraudar na entrega dos serviços, ficará impedido de licitar e contratar com o Município por, no mínimo 90 (noventa) dias até 02 (dois) anos;

c) Apresentação de documentação falsa, cometer fraude fiscal e comportar-se de modo inidôneo, será impedido de licitar e contratar com o Município por, no mínimo 02 (dois) anos até 05 (cinco) anos.

9.4. A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;
II – multa(s):
III- Em caso de inexecução, total ou parcial, o(s) licitante(s) vencedor(es) poderá(ão) sofrer, sem prejuízo do previsto nos artigos 86 à 88 da Lei Federal nº 8666/93, as seguintes penalidades:

a) pelo atraso no início da execução dos serviços: multa de 2 % do valor total contratado, por dia de atraso, a contar do momento em que os serviços deveriam ter sido iniciados limitados a 10 dias.

b) pelo atraso no término dos serviços: multa de 1,5% ao dia, por dia de atraso que exceder o prazo fixado para a entrega dos serviços, até o limite de 15%.

c) pelo descumprimento de qualquer outra obrigação: multa de 5% do valor total do contrato;

d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo não superior a 2 (dois) anos; e,

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração.

f) O atraso no início do(s) serviço(s) por mais de 10 (dez) dias, ensejará a rescisão contratual, sem prejuízo da multa cabível.

9.5. As multas previstas nesta cláusula serão cumulativas com as demais penalidades e deverão ser recolhidas aos Cofres do Município no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente, segundo a Lei nº 6.830/80, com os encargos correspondentes

9.6. Além das multas estabelecidas, a Administração poderá recusar o serviço prestado, se a irregularidade não for sanada, podendo ainda, a critério da mesma, a ocorrência constituir motivo para aplicação do disposto nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital.

9.7. Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal.

9.8. Para as penalidades previstas nos subitens 9.1 ao 9.7 será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

9.9. As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo da Administração.

9.10. Constituirão motivos para rescisão do contrato, independente da conclusão do seu prazo:

a) razões de interesse público
b) reiterada desobediência dos preceitos estabelecidos;
c) falta grave a Juízo do Município;
d) falência ou insolvência;
e) inexecução total ou parcial do contrato;
f) alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que venha a prejudicar a execução do contrato;
g) mudanças na legislação em vigor sobre licitações, impossibilitando a execução do presente contrato;
h) descumprimento de qualquer cláusula contratual;
i) ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do acordado entre as partes;
j) por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que haja conveniência para o Município.

10. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO E ASSINATURA DO CONTRATO

10.1.Após a homologação da licitação, a Central de Compras desta Prefeitura, encaminhará a "Autorização de serviços" ao(s) licitante(s) vencedor(es) que deverá(ão), no prazo de até 03 (três) dias úteis após o recebimento dessa, comparecer junto ao Setor para a assinatura do Contrato de Prestação de Serviço (Anexo II), e até 5 dias consecutivos após a assinatura do contrato, iniciar a efetiva prestação de serviços, sem quaisquer ônus adicionais

10.1.1. Caso o(s) licitante(s) vencedor(es) não comparecer(em) para assinatura do contrato no prazo estipulado, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 8666/93, será convidado o licitante que propôs o 2º menor preço e, assim, sucessivamente, sem prejuízo da aplicação da pena de multa de 10% sobre o valor do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de participar de licitação.

10.2. Os serviços prestados deverão ser de primeira qualidade.

10.3. Mensalmente, por ocasião da emissão da Nota Fiscal, deverá a CONTRATADA comprovar à CONTRATANTE a regularidade quanto às suas obrigações sociais e trabalhistas em relação à mão-de-obra contratada para os fins deste Edital, sob pena de retenção do pagamento da parcela devida até que se regularize a situação.

11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado ao(a) **CONTRATADO(A)**, em conta corrente a ser fornecida pelo mesmo, em moeda vigente no país, **até o 05° (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido,** após a efetiva prestação do(s) serviço(s), no valor correspondente à quantidade

solicitada, ficando condicionado à apresentação de Nota Fiscal ou documento legal semelhante, devidamente atestado pela Comissão de Recebimento (ou servidor responsável), bem a apresentação dos seguintes documentos originais ou autenticados: conforme o financeiro exigir:

a) comprovante de Regularidade com a Previdência Social (CND);
b) comprovante de Regularidade com FGTS (CRF);
c) apresentação da guia da Previdência Social (GPS);
d) apresentação da guia de recolhimento do FGTS;
e) apresentação da GFIP , autenticada pelo banco recebedor
f) cópia autenticada da guia de recolhimento do INSS.
g) cópia autenticada da guia de recolhimento do FGTS
h) copias dos recibos de entrega dos vales-alimentação;
i) copia de outros beneficios estipulados na convenção coletiva de trabalho
j) cópia dos pagamentos de férias;
l) cópia das rescisões de trabalho ocorridas no mês
m) cópia da folha de pagamento do mês
n) declaração do contador de que a nota apresentada está contabilizada.
o)apresentar a certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT)

11.1.1 Os itens das letras (**f** e **g**) devem trazer a demonstração individualizada dos empregados utilizados na prestação de serviços

11.1.2 Os itens das letras (i, j,l) devem ser justificadas quando não forem apresentadas.

11.1.3**.** Nos pagamentos realizados após a data de vencimento, incidirão juros de 1% (um por cento) ao mês, *pro rata die,* até a data da efetivação do pagamento.

11.2. O pagamento será suspenso se observado algum descumprimento das obrigações assumidas pelo(a) contratado(a) no que se refere à habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Parágrafo Único: Fica vedado á contratada a cessão de créditos ás instituições financeiras ou quaisquer outras, sob pena de rescisão contratual e demais sanções

12- DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA SÉTIMA: São obrigações da **CONTRATADA:**

São obrigações do(a) **CONTRATADO(A)**, sem que a elas se limitem:

a) Iniciar a efetiva prestação do serviço em até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato;

b) Prestar o serviço obedecendo ás condições estipuladas nas especificações técnicas e termo de referencia – anexo II deste edital.

c) Fornecer aos seus prepostos juntos ao Município uniformes de identificação padrão, conforme termo de referencia;

d) Responder por si e por seus prepostos, por danos causados ao município ou a terceiros por sua culpa ou dolo, isentando o município de todas e quaisquer reclamações que possam surgir daí decorrentes;

d) Prestar o serviço de modo satisfatório e de acordo com as determinações do edital e do contrato;

e) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo município, cujas reclamações se obrigam a atender, prontamente aos fiscais do contrato;

f) Arcar com as despesas referentes aos serviços objeto da presente licitação, inclusive tributos municipais, estaduais e federais incidentes sobre os serviços prestados;

g) Pagar aos prestadores de serviços, o piso salarial vigente da categoria;

h) A inadimplência da CONTRATADA, com referencia aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere a CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

i) Permitir a CONTRATANTE a fiscalização, a vistoria dos serviços e o livre acesso as dependências, bem como prestar, quando solicitada, as informações visando o bom andamento dos serviços;
j) Manter o registro de seus empregados devidamente atualizados e efetuar o controle da jornada de trabalho no respectivo local de prestação dos serviços;
l) Fornecer lista com numero do documento de identidade de seus empregados alocados para prestação dos serviços objeto deste contrato, juntamente com cópia da carteira de trabalho, já assinada ou documento equivalente de cada um dos empregados, em até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato;
m) Prestar os serviços discriminados, nos horários estabelecidos pela CONTRATANTE utilizando-se da melhor técnica para execução;
n) Destacar elementos para execução dos serviços de forma criteriosa para que estes não sofram qualquer solução de continuidade ou redução de qualidade e quantidade e providenciar a substituição de qualquer empregado julgado inconveniente ou que se mostre inapto as tarefas inerentes a execução contratual;
o) Fazer-se representar no local da prestação do serviço por preposto aceito pela administração com a atribuição de atualizar e manter sob sua guarda e responsabilidade os registros dos empregados, coordenando e fiscalizando a execução dos serviços e o cumprimento das normas disciplinares, de segurança e legislação pertinentes;
p) Substituir, sempre que exigido pela CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórias a disciplina do serviço público;
q) O comprovante de pagamento salarial deverá conter a identificação da empresa, a discriminação detalhada das importâncias pagas e descontadas, os recolhimentos fundiários, alem dos demais elementos indicados na legislação trabalhista e na norma coletiva da categoria profissional;
r) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE, quanto a execução dos serviços contratados;
s) Atender integralmente o anexo I – Especificações Técnicas e Termo de referencia, anexo II .

12.1. O Município fiscalizará a prestação de serviços, podendo sustá-los, no todo ou em parte, se estiverem sendo executados em desacordo com o contrato.

13. DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, para restabelecer a relação que os contratantes pactuaram inicialmente entre os encargos do licitante vencedor e a retribuição do Município para o justo pagamento.

Parágrafo único: Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser expressamente solicitada mediante requerimento protocolizado e justificada através de documentação (normativas, alterações de leis, cópia de publicações, planilhas demonstrativas, notas fiscais etc) que comprove a real imprevisibilidade dos fatos que levaram a solicitação pelo licitante vencedor, o que, se aceito pelo Município, deverá ser atendido mediante Termo Aditivo ao presente instrumento.
§ 1°. A recomposição de que trata esta cláusula, será precedida de demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos, de acordo com a planilha de custos e formação de preços, justificados e comprovados.

§ 2°. Caberá a parte interessada a iniciativa e o encargo dos cálculos e da demonstração analítica do aumento ou da redução dos custos.
§ 3°. Os valores para recomposição econômica e financeira do contrato deverão estar ajustados aos parâmetros referenciais fixados nos contratos de serviços de terceiros – CST, de acordo com a Instrução Normativa DDPE n° 01/2006 (alterada pela IN TE n° 01/2012) e decreto n° 44.365 de 23 de março de 2006.
§ 4°. É vedada, por ocasião da recomposição econômica e financeira a inclusão de benefícios não previstos originalmente.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital, cujo desconhecimento não poderão alegar.

14.2. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

14.3. Não serão admitidas, sob quaisquer motivos, complementação, modificações ou substituições das propostas ou de quaisquer documentos.

14.4. Não serão aceitas propostas e documentos entregues fora do prazo estipulado.

14.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente na Prefeitura Municipal.

14.6. As decisões da(o) Pregoeira(o) somente serão consideradas definitivas depois de homologadas pela Autoridade Competente.

14.7. O Prefeito Municipal poderá revogar a presente licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício, ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

14.8. É facultada à(ao) Pregoeira(o) ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

14.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

14.10. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da contratação.

14.11. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

14.12. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

14.13. Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subseqüente, no mesmo local e horário, anteriormente estabelecidos.

14.14. Os participantes da presente licitação, autorizam a filmagem e gravação dos trabalhos desenvolvidos durante a presente seção.

14.15. Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente Edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, à Pregoeira, na Central de Compras da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul, no endereço: Rua Cel. Alfredo Born, 202 – São Lourenço do Sul/RS até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, as quais serão respondidas, igualmente por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, por meio de circular encaminhada a todos os interessados. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone (0-xx-53) 3251-2131- 3251-9563 das 08h às 11h30m e das 13h30m às 16h, dos dias úteis.

14.16. Cópias do Edital e seus anexos estarão disponíveis, para consulta e aquisição no endereço constante do subitem anterior.

14.17. Os casos imprevisíveis serão resolvidos pelo Prefeito Municipal.

14.18. Antes de indicar a homologação da licitação, a(o) Pregoeira(o), poderá exigir a relação dos compromissos assumidos pelo licitante, com o escopo de verificar se estes não importam em diminuição da sua capacidade operativa ou absorção da sua disponibilidade financeira.

14.19. A diminuição ou absorção, será calculada em função do patrimônio líquido atualizado e capacidade de rotação.

14.20. As questões não previstas neste Edital serão resolvidas pela(o) Pregoeira(o), com base nas normas jurídicas e administrativas aplicáveis e princípios gerais de direito.

14.21. Fazem parte integrante deste Edital:

- Anexo I – Proposta;
- Anexo II – Termo de Referencia ;
- Anexo III - Minuta do contrato;
- Anexo IV - Modelo de declaração ;
- Anexo V - Modelo de declaração;
- Anexo VI – Modelo de declaração;
- Anexo VII – Planilha de custos;

São Lourenço do Sul, 08 de janeiro de 2014.

Joselaine de Quevedo
Pregoeira

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICIPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL

ANEXO I

Item	Qtde.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Total Item
1	12	MÊS	Contratação de empresa para prestar o serviço de recepção em prédios públicos, sendo que a contratada terá de disponibilizar 27 profissionais, os quais terão de desenvolver todas as atividades descritas no termo de referencia, anexo II do edital.		

TOTAL GERAL	

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias
Forma de Pagamento: Conforme Edital
Licitante:
CNPJ:
Nome e Carimbo:
Cargo:
RG:

Local e Data:

Declaro que conheço e cumprirei as condições do Edital .....

ANEXO II
Termo de referencia

1. **O presente descritivo técnico tem por objeto a contratação de prestação de serviço contínuo de recepção, nas unidades administrativas da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul e em suas Secretarias Municipais, com postos de trabalho de Recepcionistas, a serem fornecidos pela CONTRATADA**.

2. **Execução dos serviços:**

Horário da prestação dos serviços: Os serviços contratados serão executados pelos empregados da contratada no horário das 08h00min. ás 12h00min e das 13h00min ás 17h00min, de segunda a sexta feira.

TABELA DE QUANTIDADE DE POSTOS DE TRABALHO E CARGA HORÁRIA:

QUANTIDADE	FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA
27 (vinte e sete)	**Recepcionistas**	**40 hs semanais**

3. **Descrição das Atividades**

3.1 Recepcionista

a) Atender e encaminhar o público interno e externo, prestando serviços de apoio e informações relativas aos órgãos vinculados a administração municipal;
b) Atender chamadas telefônicas, internas ou externas, anunciado a pessoa que esta na recepção ou no aparelho, prestando informações e anotando recados;
c) Responder as consultas dos contribuintes, visitantes prestando informações com segurança, buscando sempre atualização dos dados a serem informados ao público interno e externo;
d) Identificar e registrar em planilha específica todas as pessoas estranhas aos serviços que vierem a ingressar nas dependências dos prédios da Administração Municipal;
e) Orientar as pessoas quanto á localização das secretarias e outros órgãos ou serviços solicitados ligados a Administração Municipal;
f) Guardar e acondicionar volumes de pessoas que desejam ingressar nos prédios públicos;
g) Saber trabalhar em equipes multifuncionais, demonstrando iniciativa durante a execução dos serviços;
h) Interpretar ordens e serviços, se expressarem com clareza e educação;
i) Acatar as ordens e instruções emanadas de funcionários;
j) A equipe da contratada não poderá executar serviços de qualquer natureza para terceiros nas dependências da empresa e seus anexos.
k) Não será permitida a permanência de parentes ou amigos de empregados nos locais onde estão sendo executados os serviços.
l) Ser pontual e assíduo ao trabalho, ter bom relacionamento interpessoal com o público interno e externo.

4. **Identificação Funcional (crachá)**

Todos os empregados citados na planilha do objeto deverão possuir crachá de identificação funcional, que servira também para efetuar registro em caso de ponto eletrônico, contendo as seguintes informações:

a) Nome da CONTRATADA e logomarca da mesma;
b) Foto do funcionário;
c) Nome completo do empregado;
d) Número da identidade e matrícula ou controle funcional da CONTRATADA;

e) Função do empregado;
f) Data de admissão;
g) O crachá provisório poderá ser executado com espelho de papel, mas definitivo, mas terá de ser em PVC;

A confecção dos crachás será de inteira responsabilidade da CONTRATADA sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

Não é permitido e não será considerado como efetivamente a serviço o empregado sem crachá, uniforme, ou utilizando peças que não constem ou diferem do modelo aprovado pela CONTRATANTE, bem como os uniformes que estiverem em mal estado de conservação;

5. Uniformes de Trabalho

Os uniformes serão compostos de 02 tipos, inverno e verão. É obrigatória a entrega de 02 conjuntos de uniformes para cada empregado referente a cada estação. A reposição deverá ser feita semestralmente e/ou quando danificado, sendo obrigatório informar a FISCALIZAÇÃO, remetendo o comprovante de entrega dos mesmos.

A CONTRATADA deverá elaborar os modelos de uniformes, contendo o nome da CONTRATADA, e submeter a aprovação da FISCALIZAÇÃO.

Não poderá ser fornecido uniforme já utilizado e a CONTRATADA deverá substituir os uniformes em mal estado, independente da periodicidade ou sempre que a CONTRATANTE solicitar.

A CONTRATADA, em concordância com o EMPREGADO, definirão o tipo adequado, como, por exemplo: calça ou saia.

Uniforme de verão:

a) Saia reta, em cores escuras e firmes, em tecido leve (fibra natural), comprimento de no mínimo 04 dedos acima do joelho;
b) Calça reta, estilo social, sem bolso, em cores escuras e firmes, em tecido leve (fibra natural);
c) Camisa manga curta, com gola, estilo social, sem bolso, em cor clara, em tecido leve (fibra natural);
d) Lenço de pescoço, cores escuras, padronagem com o nome da empresa;
e) Sandálias.

Uniforme de inverno:

a) Calça reta, sem bolso, em cores escuras e firmes, em tecido próprio para inverno;
b) Saia reta, em cores escuras e firmes, em tecido próprio para inverno;
c) Camisa manga longa, com gola, estilo social, sem bolso, cor clara, em tecido próprio para o inverno;
d) Básica, gola alta, branca, em tecido do tipo elastano;
e) Blazer de lá em cor escura e firme;
f) Sapatos fechados;
g) Meia calça de nylon, cor natural (em caso de opção pelo uso de saia);

6. Dos profissionais postos á disposição da Contratante

Saber trabalhar em equipes multifuncionais, demonstrando iniciativa durante a execução dos serviços;

Interpretar ordens e serviços, se expressarem com clareza e educação;

Acatar as ordens e instruções emanadas da FISCALIZAÇÃO;

Pertencer ao quadro de empregados da CONTRATADA;

A equipe da contratada não poderá executar serviços de qualquer natureza para terceiros nas dependências da CONTRATANTE e seus anexos.

Não será permitida a permanência de parentes ou amigos de empregados nos locais onde estão sendo executados os serviços.

Ser pontual e assíduo ao trabalho, ter bom relacionamento interpessoal com o público externo e interno.

7. Atividades de fiscalização

Pela contratante

Os fiscais indicados no contrato terão plenos poderes para fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços;

Agir e decidir, inclusive para rejeitar os serviços executados em desacordo com os encargos constantes deste memorial de Especificações Técnicas;

Os fiscais do contrato terão plenos poderes para glosar ocorrências que venham a refletir nos valores correspondentes ao ressarcimento por danos ao Município, tais como: faltas, atrasos e afastamentos dos empregados em suas áreas de atuação, serviços não executados pela CONTRATADA ou considerados insatisfatórios;

Transmitir suas ordens e instruções por escrito, salvo em situações de urgência ou emergência; sendo nestas hipóteses, reservado a CONTRATADA o direito de solicitar da FISCALIZAÇÃO, por escrito, a posterior confirmação de ordens ou instruções verbais recebidas;

Realizar inspeções periódicas nos locais e serviços, sendo que qualquer providência por parte da CONTRATADA deverá a ela ser transmitida, através de comunicação verbal ou escrita, conforme o caso para atendimento imediato ou no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;

Ordenar a imediata retirada do local do empregado da CONTRATADA que embaraçar ou dificultar sua ação fiscalizadora, ou cuja permanência julgar inconveniente;

No exercício de suas atribuições fica assegurada a FISCALIZAÇÃO, sem restrição de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos e informações julgadas necessárias, relacionadas com os serviços contratados;

A FISCALIZAÇÃO será rígida quanto a cobrança do efetivo cumprimento de cada item das Especificações Técnicas, na eventual hipótese de não cumprimento de um item, a contratada será automaticamente enquadrada nas cominações existentes no termo de contrato;

A ação ou omissão total ou parcial da FISCALIZAÇÃO, não eximira a CONTRATADA da total responsabilidade pela execução dos serviços contratados.

8. Pela Contratada

8.1. As atividades de fiscalização da CONTRATADA deverão ser executadas através de preposto, o qual será apresentado previamente a CONTRATANTE e posterior designação, por escrito. Em caso de sua falta ou impedimento, o mesmo deverá ser substituído por outro, cujo nome será também comunicado a CONTRATANTE.

8.2. Manter contato permanente com a FISCALIZAÇÃO através de seu preposto, para a solução dos problemas que eventualmente surgirem;

8.3. Manter o elevado padrão de qualidade dos serviços prestados;

8.4. Observar o fiel cumprimento das especificações técnicas e do plano de trabalho a ser apresentado;

8.5. Proceder a eventuais substituições de seus empregados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, desde que, solicitado pela CONTRATANTE;

8.6. Manter no local da prestação dos serviços um relatório diário de ocorrências, onde serão registrados pelas partes contratantes quaisquer fatos conflitantes relativos aos serviços contratados. Os registros feitos receberão o visto do preposto da CONTRATADA e da CONTRATANTE e servirão para subsidiar a avaliação dos serviços prestados;

8.7. A omissão, ainda que eventual da CONTRATANTE no desempenho de suas atribuições, não eximira a CONTRATADA da responsabilidade pela perfeita execução dos serviços contratados.

9. Das obrigações adicionais da CONTRATADA

9.1. Os empregados da CONTRATADA para execução dos serviços serão previamente distribuídos por área de competência, conforme organograma constante e plano de trabalho, sendo que os mesmos deverão ser orientados a manterem, durante a jornada de trabalho, nas áreas predeterminadas, evitando a circulação desnecessária pela demais áreas, objetivando a qualidade dos serviços;

_____

Amiltom Neutzeling
Secretario Especial de Gabinete

ANEXO III

MINUTA CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL, CNPJ nº 87.893.111/0001-52, sediado na Rua Alfredo Born, nº 202, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **José Daniel Raupp Martins**, brasileiro, casado,advogado , CPF nº 446.936.210-72, residente e domiciliado nesta cidade.

CONTRATADO(A): _____(qualificação completa do licitante vencedor)

Firmam o presente instrumento conforme previsto no processo licitatório, modalidade **Pregão Presencial n° 01/2014**, na Lei Federal nº 8666/93 e alterações e Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002 que institui a modalidade Pregão, Decreto Municipal n° 2.700/05, bem como nas seguintes cláusulas e condições:

I – DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente contrato tem por objeto a **Contratação de empresa para prestar o serviço de recepção em prédios públicos, sendo que a contratada terá de disponibilizar 27 profissionais, os quais terão de desenvolver todas as atividades descritas no termo de referencia, anexo II do edital.**

II – DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA SEGUNDA: O prazo de vigência do presente contrato corresponde a 12 meses, podendo ser prorrogado por prazos sucessivos e iguais de acordo com a lei 8.666/93. Os serviços terão inicio em até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato.

III – DO PREÇO

CLÁUSULA TERCEIRA – O preço total, certo e ajustado, será de **R$** _____ (_____) mensais, constante da proposta vencedora da licitação, aceito pela **CONTRATADA**, entendido como preço justo e suficiente para a execução das obras, objeto do presente Contrato.

Parágrafo Único - No preço estão incluídos todos os custos diretos e indiretos relacionados com o objeto deste contrato, tais como materiais empregados, mão-de-obra, encargos sociais e trabalhistas, quaisquer contribuições sociais, impostos, taxas enfim, todos e quaisquer outros ônus que incidam na execução desse, não podendo ser cobrados separadamente.

IV – DO PAGAMENTO

CLÁUSULA QUARTA - O pagamento será efetuado ao(a) **CONTRATADO(A)**, em conta corrente a ser fornecida pelo mesmo, em moeda vigente no país, **até o 05° (quinto) dia útil do mês**

subsequente ao vencido, após a efetiva prestação do(s) serviço(s), no valor correspondente à quantidade solicitada, ficando condicionado à apresentação de Nota Fiscal ou documento legal semelhante, devidamente atestado pela Secretaria requisitante.

§ 1°. A contratante reserva-se o direito de suspender o pagamento se os serviços estiverem em desacordo com o previsto no contrato, sem prejuízo das demais sanções.

§ 2°. É condição mensal, para o pagamento da nota fiscal/fatura, o fornecimento dos originais ou cópias autenticadas dos documentos relacionados abaixo, os quais deverão ficar arquivados junto a contratante:

a) comprovante de Regularidade com a Previdência Social (CND);
b) comprovante de Regularidade com FGTS (CRF);
c) apresentação da guia da Previdência Social (GPS);
d) apresentação da guia de recolhimento do FGTS;
e) apresentação da GFIP , autenticada pelo banco recebedor
f) cópia autenticada da guia de recolhimento do INSS.
g) cópia autenticada da guia de recolhimento do FGTS
h) registro de horário de trabalho (cartão-ponto ou folha- ponto)
i) copias dos recibos de entrega dos vales-alimentação (quando for o caso)
j) copia de outros beneficios estipulados na convenção coletiva de trabalho
l) cópia dos pagamentos de férias(quando for o caso);
m) cópia das rescisões de trabalho ocorridas no mês (quando for o caso);
n) cópia da folha de pagamento do mês
o) declaração do contador de que a nota apresentada está contabilizada.
p) apresentar a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

q) Os itens das letras (**f** e **g**) devem trazer a demonstração individualizada dos empregados utilizados na prestação de serviços

r) Os itens das letras (i, j) devem ser justificadas quando não forem apresentadas.

s**).** Nos pagamentos realizados após a data de vencimento, incidirão juros de 1% (um por cento) ao mês, *pro rata die,* até a data da efetivação do pagamento.

t) O pagamento será suspenso se observado algum descumprimento das obrigações assumidas pelo(a) contratado(a) no que se refere à habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Parágrafo Único: Fica vedado á contratada a cessão de créditos ás instituições financeiras ou quaisquer outras, sob pena de rescisão contratual e demais sanções

CLÁUSULA QUINTA – As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária da:

Secretaria Municipal de Gabinete	24.754
Secretaria Municipal de Administração	10.364
Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo	10.371
Secretaria Municipal da Fazenda	10.394
Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto	10.409
Secretaria Municipal de Turismo Indústria e Comércio	10.506
Secretaria Municipal de Saúde	10.522

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural	10.634
Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente	10.663
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação	24.788
Coordenadoria Municipal de Cultura	24.789
Coordenadoria Municipal de Desporto	24.790
Coordenadoria Municipal de Habitação	24.791

V – DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

CLÁUSULA SEXTA: Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, para restabelecer a relação que os contratantes pactuaram inicialmente entre os encargos do licitante vencedor e a retribuição do Município para o justo pagamento.

Parágrafo único: Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser expressamente solicitada mediante requerimento protocolizado e justificada através de documentação (normativas, alterações de leis, cópia de publicações, planilhas demonstrativas, notas fiscais etc) que comprove a real imprevisibilidade dos fatos que levaram a solicitação pelo licitante vencedor, o que, se aceito pelo Município, deverá ser atendido mediante Termo Aditivo ao presente instrumento.

§ 1°. A recomposição de que trata esta cláusula, será precedida de demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos, de acordo com a planilha de custos e formação de preços, justificados e comprovados.

§ 2°. Caberá a parte interessada a iniciativa e o encargo dos cálculos e da demonstração analítica do aumento ou da redução dos custos.

§ 3°. Os valores para recomposição econômica e financeira do contrato deverão estar ajustados aos parâmetros referenciais fixados nos contratos de serviços de terceiros – CST, de acordo com a Instrução Normativa DDPE n° 01/2006 (alterada pela IN TE n° 01/2012) e decreto n° 44.365 de 23 de março de 2006.

§ 4°. É vedada, por ocasião da recomposição econômica e financeira a inclusão de benefícios não previstos originalmente.

VI - DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA SÉTIMA: São obrigações da **CONTRATADA:**
São obrigações do (a) **CONTRATADO(A)**, sem que a elas se limitem:
a) Iniciar a efetiva prestação do serviço em até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato;
b) Prestar o serviço obedecendo ás condições estipuladas nas especificações técnicas e termo de referencia – anexo II deste edital.
c) Fornecer aos seus prepostos juntos ao Município uniformes de identificação padrão, conforme termo de referencia;
d) Responder por si e por seus prepostos, por danos causados ao município ou a terceiros por sua culpa ou dolo, isentando o município de todas e quaisquer reclamações que possam surgir daí decorrentes;
d) Prestar o serviço de modo satisfatório e de acordo com as determinações do edital e do contrato;

e) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo município, cujas reclamações se obrigam a atender, prontamente aos fiscais do contrato;
f) Arcar com as despesas referentes aos serviços objeto da presente licitação, inclusive tributos municipais, estaduais e federais incidentes sobre os serviços prestados;
g) Pagar aos prestadores de serviços, o piso salarial vigente da categoria;
h) A inadimplência da CONTRATADA, com referencia aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere a CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;
i) Permitir a CONTRATANTE a fiscalização, a vistoria dos serviços e o livre acesso as dependências, bem como prestar, quando solicitada, as informações visando o bom andamento dos serviços;
j) Manter o registro de seus empregados devidamente atualizados e efetuar o controle da jornada de trabalho no respectivo local de prestação dos serviços;
l) Fornecer lista com numero do documento de identidade de seus empregados alocados para prestação dos serviços objeto deste contrato, juntamente com cópia da carteira de trabalho, já assinada ou documento equivalente de cada um dos empregados, em até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato;
m) Prestar os serviços discriminados, nos horários estabelecidos pela CONTRATANTE utilizando-se da melhor técnica para execução;
n) Destacar elementos para execução dos serviços de forma criteriosa para que estes não sofram qualquer solução de continuidade ou redução de qualidade e quantidade e providenciar a substituição de qualquer empregado julgado inconveniente ou que se mostre inapto as tarefas inerentes a execução contratual;
o) Fazer-se representar no local da prestação do serviço por preposto aceito pela administração com a atribuição de atualizar e manter sob sua guarda e responsabilidade os registros dos empregados, coordenando e fiscalizando a execução dos serviços e o cumprimento das normas disciplinares, de segurança e legislação pertinentes;
p) Substituir, sempre que exigido pela CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórias a disciplina do serviço público;
q) O comprovante de pagamento salarial deverá conter a identificação da empresa, a discriminação detalhada das importâncias pagas e descontadas, os recolhimentos fundiários, alem dos demais elementos indicados na legislação trabalhista e na norma coletiva da categoria profissional;
r) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE, quanto a execução dos serviços contratados;
s) Atender integralmente o anexo I – Especificações Técnicas e Termo de referencia, anexo II .

VII – DAS SANÇÕES E MULTAS

CLÁUSULA OITAVA: Em caso de inexecução, total ou parcial, o(s) licitante(s) vencedor(es) poderá(ão) sofrer, sem prejuízo do previsto nos artigos 86 à 88 da Lei Federal nº 8666/93, as seguintes penalidades:

a) caso ocorram pequenas irregularidades: advertência por escrito;

b) pelo atraso no início da execução dos serviços: multa de 2% do valor total contratado, por dia de atraso, a contar do momento em que os serviços deveriam ter sido iniciados limitados a 10 dias.

c) pelo atraso no término dos serviços: multa de 1,5% ao dia, por dia de atraso que exceder o prazo fixado para a entrega dos serviços, até o limite de 15%.

d) pelo descumprimento de qualquer outra obrigação: multa de 5% do valor total do contrato;

e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo não superior a 05 (cinco) anos; e,
f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração.
g) O atraso no início do(s) serviço(s) por mais de 10 (dez) dias, ensejará a rescisão contratual, sem prejuízo da multa cabível.

§ 1°. A penalidade de que trata o item "d", será aplicada na forma abaixo:

a) Deixar de entregar documentação exigida para o certame, retardar a execução do seu objeto e não manter a sua proposta ficará impedido de licitar e contratar com o município por até 90 (noventa) dias;
b) Falhar ou fraudar na efetiva prestação dos serviços contratados ficará impedido de licitar e contratar com o município por no mínimo 90 (noventa) dias até 02 (dois) anos;

Parágrafo Único - As multas previstas nesta cláusula serão cumulativas com as demais penalidades e deverão ser recolhidas aos Cofres do Município no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente, segundo a Lei nº 6.830/80, com os encargos correspondentes

VIII – DA RESCISÃO

CLÁUSULA NONA – O presente contrato poderá ser rescindido, de pleno Direito, nas seguintes situações:
I - razões de interesse público;
II - manifesta deficiência do serviço;
III - reiterada desobediência dos preceitos estabelecidos;
IV - falta grave a Juízo do **CONTRATANTE**;
V - abandono total ou parcial do serviço;
VI - falência ou insolvência do(a) **CONTRATADO(A).**
VII - não der início às atividades no prazo previsto.
VIII - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa contratada que venha a prejudicar a execução do contrato;
IX - mudança na legislação em vigor sobre licitações, impossibilitando a execução do presente contrato;
X - descumprimento de qualquer cláusula contratual;
XI - ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do acordado entre as partes;
XII - por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE**;
XIII - atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE,** salvo em casos de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
XIV - inexecução total ou parcial do contrato, sem prejuízo das consequências as previstas nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8666/93.

CLÁUSULA DECIMA - Rescindido o Contrato por culpa exclusiva da **CONTRATADA**, sofrerá esta, além das conseqüências previstas neste instrumento, mais as determinadas em Lei ou regulamento.

IX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O **CONTRATANTE** poderá alterar o contrato quando

conveniente ao interesse público, sempre através de termo aditivo, e ainda, fazê-lo na ocorrência dos seguintes eventos:
I - quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do fornecimento, nos limites da Lei 8.666/93;
II - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância supervenientes, mantido o valor inicial;
III - outras hipóteses previstas em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Os casos omissos oriundos deste instrumento serão supridos pela aplicação do disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e disposições posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – O (A) **CONTRATADO(A)** reconhece os direitos da administração pública, em caso de rescisão administrativa, prevista no art. 77 da Lei Federal n° 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – O **CONTRATANTE** poderá modificar unilateralmente o presente contrato para melhor adequação ás finalidades de interesse público, respeitando os direitos do (a) CONTRATADA(O).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Qualquer alteração contratual deverá ser feita de forma expressa, mediante Termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – As partes elegem o Foro desta Comarca de São Lourenço do Sul para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por assim estarem justas e acordadas, firmam as partes o presente contrato de execução de obra e fornecimento de material, em quatro vias de igual teor e forma, com duas testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Lourenço do Sul, __de_____de 2013.

Repr._____
CONTRATADA

_____
Município de São Lourenço do Sul
José Daniel Raupp Martins
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

ANEXO IV
DECLARAÇÃO

Licitante (nome, CNPJ), sediada na Rua _____, nº _____, bairro _____, cidade_____, estado_____, declara, sob as penas da lei, que não está impedida de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.

Declara, também, que está obrigada sob as penas da lei, a declarar, quando de sua ocorrência, fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Cidade _____, __ de _____ de _____

Nome e carimbo
Cargo
RG
Licitante

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DO TRABALHO DO MENOR

Declaramos para fins de participação na .....(preencher com o tipo de licitação) nº ...../..... (preencher o nº da licitação) que a empresa ....., CNPJ nº ....., cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, ou seja, não tem em seus quadros menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, insalubre ou perigoso ou menores de 16 (dezesseis) anos, executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

A empresa está ciente de que o descumprimento do disposto acima durante a vigência do contrato acarretará em rescisão deste, conforme determina à Lei nº 9.854/99 e o inciso V do artigo 13 do Decreto nº 3.555/2000.

....., ...de..... de .....

.....

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICIPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL

ANEXO VI

DECLARAÇÃO

Licitante (nome, CNPJ), sediada na Rua _____, nº _____, bairro _____, cidade_____, estado_____, declara, sob as penas da lei, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e entregamos nossos envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Cidade _____, __ de _____ de _____2013.

Nome e carimbo
Cargo
RG
Licitante

OBS: Esta declaração deverá ser apresentada junto ao credenciamento

ANEXO VII

PLANILHA DE CUSTOS

PLANILHA DE CUSTOS

PISO SALARIAL DA CATEGORIA:	R$ 800,75	
JORNADA DE TRABALHO:	40 horas semanais	

NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS:	27

ITEM	INDICADORES DE CUSTOS	BASE DE CÁLCULO	VALOR MENSAL
I	**REMUNERÇÃO DA CATEGORIA**	%	800,75
1	Salário Mensal		800,75
	Valor Total da Remuneração	**800,75**	
II	**ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS**	%	
3	INSS s/ salário	20	160,15
4	FGTS s/ salário	8	64,06
5	SAT	3	24,02
6	Férias + 1/3 constitucional	11,11	88,96
7	13º Salário	8,33	66,70
8	Aviso prévio indenizado	1,65	13,21
9	Multa rescisória FGTS	50	32,03
TOTAL DE ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS		**449,13**	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO COM ENCARGOS		**1249,88**	
10	Auxílio alimentação		R$ 200,00
12	Uniformes EPI's	5%	R$ 40,68
13	Impostos e taxas - simples (PIS/PASEP, COFINS, CSLL, IRPJ, INSS, ISS).	8,00%	R$ 101,60
14	Despesas Adm./Finan./Comer.	5%	R$ 63,50
15	Lucro Operaional	8%	R$ 101,60
TOTAL DEMAIS DESPESAS		**R$ 507,38**	
TOTAL GERAL P/ FUNCIONÁRIO		**R$ 1.757,26**	

Amilton Neutzeling
Secretario Especial de Gabinete